

Econ. Brasil

Falta de investimento ameaça parar o País

Se a economia crescer 3% ao ano, a recessão voltará por falta de energia



O País pode estar perto de um paradoxo. Se a economia entrar nos trilhos e a recessão acabar, os negócios correm o risco de ficar travados de novo por

falta de energia elétrica, por dificuldades nos sistemas de telefone e pela precariedade dos transportes. Os investimentos em infra-estrutura, em meio à crise, foram adiados, reduzidos ou cancelados.

Com um crescimento a taxas não muito altas, como 3% ao ano, os brasileiros estarão de novo mergulhados na recessão em 1997 por falta de energia, calculam especialistas do setor. Se o crescimento for maior e alcançar 7% ao ano, os problemas começam antes, em 1995. A média de investimentos foi de US\$ 5 bilhões nos últimos anos — seriam necessários US\$ 10 bilhões.

A situação do setor elétrico é a mais crítica. A ameaça se restringe, por enquanto, a algumas regiões. O Nordeste, com a entrada em operação da Hidrelétrica de Xingó, em 1994, não corre risco de racionamento. Mas o Sul e o Sudeste, hoje com a situação mais tranquila, estão ameaçados. Por isso, alguns grandes consumidores de energia procuram, desde já, garantir o fornecimento, com a assinatura de contratos.

Telecomunicação — Os efeitos da falta de investimentos em áreas básicas são sentidos também nas telecomunicações. Apenas os habitantes da Região Centro-Oeste, indicam as estatísticas da Telebrás, conseguem sempre linha em até 3 segundos depois de tirar o fone do gancho, tempo considerado como o



Ricardo Chaves/AE—8/8/90

José Henrique D'Amorim

"A Rede está com despesas e com receitas equilibradas"

padrão mínimo de qualidade. Há, de acordo com estimativas da Telebrás, demanda para 6 milhões de telefones. Mas a companhia não consegue entregar sequer as 738 mil linhas já vendidas, das quais 282,3 mil quitadas. Apesar disso, a estatal conseguiu melhorar os índices de eficiência. O congestionamento das linhas telefônicas, que chegou a ser de 24,51% em 1990, caiu para 16,82% em 1991. Na verdade, a situação das telecomunicações é menos dramática pela melhora de eficiên-

cia e pela recuperação das tarifas iniciada no ano passado.

O setor de transportes apresenta sérios problemas. A situação das estradas brasileiras se agravou com as chuvas de janeiro, especialmente no Rio, Bahia e Minas Gerais. A conservação, essencial num período como o atual, em que começa a colheita de uma das maiores safras do País, esbarra na demora para liberação de verbas. O dinheiro da conservação saía do Fundo Rodoviário Nacional (FRN), extinto na Constituição de 1988. O governo espera recriar o fundo com o projeto de reforma da Constituição enviado ao Congresso. Sem esses recursos, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) só conseguirá restaurar, por ano, 3,5 mil km dos 15 mil km necessários.

Privatizar — Na área de ferrovias, com muito custo, o governo conseguiu melhorar o desempenho da Rede Ferroviária Federal. "A Rede hoje está com as receitas e despesas equilibradas em US\$ 800 milhões (Cr\$ 1,4 trilhão)", afirma o secretário nacional de Transportes, José Henrique D'Amorim de Figueiredo. Para isso, no entanto, a Rede foi obrigada a demitir 11 mil funcionários, vender 380 imóveis e desativar mais de mil quilômetros de ferrovias, o que representou uma redução de US\$ 110 milhões (Cr\$ 168,4 bilhões) nas despesas de custeio. O governo inicia agora o processo de privatização da Rede, oficializada na semana passada por meio de decreto do presidente Fernando Collor. É, dizem técnicos do governo, a única saída para o transporte ferroviário nacional.

■ Mais informações nas páginas 3 e 4